

DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE PARA A CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE ATUAIS REIVINDICAÇÕES DE ESQUERDA

FROM CLASS AWARENESS TO REVOLUTIONARY AWARENESS: CONSIDERATIONS ON CURRENT LEFT CLAIMS

Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima¹

RESUMO

O presente artigo analisa, a partir da perspectiva marxista, as atuais pautas que convergem ao pensamento político de esquerda, procurando contribuir para a composição de uma agenda política que unifica as reivindicações que se afinam à prospectiva de uma sociedade que supera as contradições da sociedade capitalista. Desta forma, aborda a compreensão de classes sociais e da consequente luta de classes, considerando as atuais metamorfoses da classe trabalhadora, porém reafirmando seu protagonismo enquanto classe revolucionária e da necessária construção da consciência de classe. A partir daí, estende-se a discussão para questões de sociais de gênero, etnia, sexualidade, meio ambiente, procurando demonstrar que a subversão do capitalismo se configura como uma necessidade premente para a consumação dos anseios dessas questões, propondo a construção de uma consciência revolucionária.

Palavras-chave: Capitalismo. Classe trabalhadora. Lutas de classes.

ABSTRACT

The present essay analyzes, from the Marxist perspective, the current guidelines that converge to leftist political thought, seeking to contribute to the composition of a political agenda that unifies the demands that are tuned to the prospective of a society that overcomes the contradictions of capitalist society. In this way, it approaches the understanding of social classes and the consequent class struggle, considering the current metamorphoses of the working class, but reaffirming its protagonism as a revolutionary class and the necessary construction of class consciousness. From then on, the discussion extends to social issues of gender, ethnicity, sexuality and the environment, demonstrating that the subversion of capitalism is a pressing necessity for the consummation of these questions, proposing the construction of a revolutionary consciousness.

Keywords: Capitalism. Working class. Class struggles.

Introdução

Considerando as transformações no capitalismo ao longo dos séculos, o ideário revolucionário acerca da subversão do capitalismo sofre mudanças, buscando adaptar-se às novas configurações de um capitalismo tardio. Todavia surgem também propostas subversivas

¹ Doutora em Educação pelo PPGE/UnB. Professora do Instituto Federal de Brasília. E-mail: fernanda.lima@ifb.edu.br.

que, apesar de considerarem a problemática capitalista, acabam por questionar e/ou abandonar as premissas que vinculam a superação do capitalismo ao protagonismo da classe que sustenta materialmente a sociedade capitalista – a classe trabalhadora.

De fato, com a atual aparência que se apresenta no cenário socioeconômico não se pode esperar que as teorias revolucionárias de campo estratégico permaneçam atuais. Vale cogitar a percepção de Bauman (2001, p. 13), que explica que “se o tempo das revoluções sistêmicas passou, é porque não há edifícios que alojem as mesas de controle do sistema, que poderiam ser atacados e capturados pelos revolucionários”. Entretanto, compreendendo que as relações de produção não sofreram uma mudança estrutural, mas apenas aprofundaram e afundaram-se em seus próprios preceitos, defende-se que as teorias revolucionárias de ordem explicativa da sociedade capitalista nunca foram antes tão necessárias. Diante das mudanças desse capitalismo tardio, estipula-se que é necessário se voltar à raiz do pensamento revolucionário, de forma a compreender o atual contexto a partir dessa base, considerando que em sua infraestrutura ainda estamos em uma sociedade de pilares modernos, ainda que possua atualmente uma aparência liquefeita de suas leis (BAUMAN, 2001).

Nesse sentido, o artigo realiza uma análise teórica do diagnóstico da sociedade capitalista realizado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) no século XIX, trazendo contribuições de autores contemporâneos que buscam compreender as atuais transformações sociais em prol da problematização do capitalismo. Dessa forma, por meio de uma análise dialética, de cunho materialista-histórico, busca-se explicitar a compreensão marxiana de classes sociais, assim como a necessidade da luta de classes para as transformações sociais, relacionando com a atual configuração da classe revolucionária devido às transformações do mundo do trabalho. A partir daí, se destrincha a compreensão de consciência de classe, compreendendo esta como componente subjetivo-objetivo de força material para a luta de classes, trazendo elementos que podem contribuir para a constituição de uma consciência que englobe as demais lutas contra a dominação, a opressão e a exploração que se apresentam mais claramente atualmente. Entende-se que ao invés de se perceber essas lutas como uma fragmentação da iniciativa revolucionária, elas enriquecem a perspectiva revolucionária por desvelarem as diversas facetas de desumanização intrínseca ao sistema capitalista.

Classes sociais e lutas de classes

Em sua análise sobre a organização social capitalista, Marx e Engels (2008) inferem que, em sua relação com a sociedade, os seres humanos podem ser categorizados em duas

classes fundamentais: os que detêm o direito às produções e operam a exploração de sua classe antagonica e aquela que realiza as produções, desprovidas do direito de se apropriar de seu próprio trabalho. Essa divisão de classes produz uma contradição que permeia a história da humanidade – as lutas de classes:

com exceção do Estado primitivo, toda a história anterior era a história das lutas de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações econômicas de sua época; que a estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc., de cada período histórico (ENGELS, 2003, p. 12).

Dessa forma, a formação das classes sociais origina-se no processo histórico, tendo como base a apropriação privada realizada por determinado grupo social: apropriação do trabalho excedente alheio; de terras; de meios de produção. A apropriação privada de determinado grupo resulta em uma desapropriação de seu grupo antagonico, gerando o conflito de classes, que se sustenta, em última instância, na exploração da humanidade pelos próprios seres humanos. Desta oposição provêm as transformações sociais, que conferem à história seu constante movimento:

A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, uma luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX; ENGELS, 2008, p. 23 - 4).

Marx e Engels (2008) explicam que desde a Antiguidade há uma organização complexa da sociedade em diferentes grupos, uma série hierárquica de situações sociais. No entanto, apesar das divisões e subdivisões de classes que compõem uma sociedade, que será mais multifacetada quanto maior for o grau de complexidade desta, Marx (2002) explica que os interesses de classes e seu movimento concreto dentro do real definem o papel que cada classe poderá desempenhar: pela conservação do assim existente, ou pela sua revolução. Nesse movimento, identifica o papel de diferentes classes sociais na contrarrevolução burguesa, em tempos de restauração conservadora na França no século XIX:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio (MARX, 2002, p. 19).

Dessa forma, a burguesia e o proletariado não seriam as únicas classes que compõem a sociedade burguesa, mas suas duas classes fundamentais (NETTO, 2011), as classes que participam diretamente da reprodução da vida social (LÖWY, 1998). A burguesia mantém sua supremacia de classe pela acumulação da riqueza em mãos privadas, sendo a condição de produção de sua riqueza a atividade proletária. O proletariado, por sua vez, é a classe que cria toda a riqueza social, em contradição a sua negação desta.

Marx e Engels (2008) percebem que, diferentemente das condições pré-capitalistas, a sociedade burguesa não se estrutura de forma a perpetuar a existência de sua classe mantenedora, e sim a sua destruição:

Até aqui todas as sociedades repousaram, como vimos, no antagonismo entre classes opressoras e oprimidas. Mas, para se oprimir uma classe, é necessário assegurar-lhe condições em que possa, no mínimo, prolongar sua existência servil. Sob o regime da servidão, o servo chegou a membro da comuna, tal como, sob o jugo do absolutismo feudal, o pequeno-burguês chegou a burguês. Por sua vez, o operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, decai cada vez mais, abaixo das condições da sua própria classe. O operário transforma-se em indigente, e a miséria cresce mais rápido do que a população e a riqueza. Evidencia-se assim, claramente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante da sociedade e de impor-lhe, como lei e como regra, as condições de vida de sua classe. É incapaz de dominar, pois é incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão, porquanto é compelida a precipitá-lo numa situação em que tem que alimentá-lo em vez de ser por ele alimentada (MARX; ENGELS, 2008, p. 44).

Tendo percebido o movimento burguês de devastação da classe que a sustenta, Marx e Engels (2008) conseguem prever a não sustentabilidade do sistema capitalista, que tende a sua exaustão junto ao arrasamento da própria humanidade e do mundo a sua volta. É neste sentido que atuais marxistas ousam afirmar que um dos dois irá acabar – o capitalismo ou o mundo como o conhecemos – a questão é qual destes será o primeiro. Na expectativa que seja antes o capitalismo a ser superado, a perspectiva marxiana se volta para a atribuição transformadora da classe proletária, que, por ser aquela que não teria nada a perder a não ser as correntes que a aprisionam, detém o potencial revolucionário. A vitória do proletariado corresponde, portanto, à superação do sistema capitalista. Nas palavras de Marx e Engels (2008, p. 43), “o proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, recuperar-se, sem estilhaçar toda a superestrutura de estratos que constituem a sociedade oficial”.

A proposta marxiana, tendo sido elaborada no final do século XIX, claramente não é contemporânea, sendo necessária a ponderação sobre o desenvolvimento do capitalismo, com suas crises e o conseqüente aprofundamento de suas contradições. Há de se considerar as

transformações socioeconômicas que influem sobre a atual sociedade capitalista, assim como as expectativas de superação do capitalismo. No entanto, a programática marxiana não ser contemporânea não significa que sua problemática não seja. Desta forma, apenas com a teoria marxiana não é possível compreender a realidade atual, porém sem esta as chances diminuem, e contra esta – Netto (2002) reforça – as chances se anulam.

Por ter sido fiel a seu objeto de análise, Marx (2013) pode inferir a dinâmica interna do sistema capitalista, o que lhe permitiu prever tendências desse sistema. Com o desenvolvimento do capitalismo, surgiram novos cenários que não poderiam ter sido considerados à época, porém, estruturalmente, a dinâmica característica do capitalismo já tinha sido desvelada. Como afirma Netto (2011),

novos fenômenos, sinalizando novos processos, emergiram na dinâmica do capital, fenômenos e processos que Marx não examinou (e nem poderia tê-lo feito). Mas é o método por ele descoberto que tem possibilitado o tratamento crítico-analítico da contemporaneidade. (NETTO, 2011, p. 53).

Analisando a conjuntura atual da problemática da desigualdade social, é possível perceber um aprofundamento do abismo entre as classes sociais, devido à tendência acumulativa do capital em poucas mãos, qualidade já problematizada em Marx (2013). Neste presente momento, pode-se afirmar, com absoluta convicção, que ainda não houve qualquer perspectiva de redução das grandes diferenças entre ricos e pobres, que supostamente aconteceria “naturalmente” ao se deixar à vontade a economia de mercado. Pelo contrário, estudos sobre a desigualdade social atual demonstram dados alarmantes: “aqui os números [...] impressionam: os 10% mais ricos da população global se apropriaram de 60% de todo o crescimento do mundo entre 1988 e 2008” (MEDEIROS, 2016, p. 5). O mundo globalizado amplia as possibilidades de expansão da exploração em prol do capital, ao mesmo tempo em que retrai a sua distribuição social, emergindo uma contradição do sistema capitalista que serve ao aprofundamento da desigualdade social.

Não são pequenos os entraves para que se possa reverter o altíssimo grau de desigualdade do mundo hoje. A globalização permitiu a livre migração do capital, mas não a movimentação das pessoas. Enquanto empresas e investidores podem buscar melhores oportunidades de lucro fora das suas fronteiras nacionais, o mesmo direito não é estendido aos trabalhadores, num liberalismo de pé quebrado (MEDEIROS, 2016, p. 6).

As mudanças no cenário capitalista, que percorrem por um caminho de degeneração social, já antecipados pela teoria marxiana, incidem também na atual conjuntura do proletariado. A classe com potencial revolucionário não mantém sua configuração ao longo da

história do capitalismo, ao contrário, esta é constantemente transformada devido à própria insustentabilidade do capital.

A magnitude do desemprego estrutural e da indigência do trabalho certamente é mais evidente hoje que na época de Marx. Nos últimos vinte anos, foram profundas as mudanças no mundo e no Brasil. Os profissionais empregados com carteira assinada e os direitos advindos de um contrato de trabalho pelas lutas históricas da classe trabalhadora são cada vez em menor número. Os maiores sindicatos de trabalhadores assalariados não são mais dos metalúrgicos nem dos bancários, mas da área de serviços como educação e saúde. Essa realidade faz com que a definição de quem é o proletário, quantos são os proletários, onde estão e quem constitui o sujeito revolucionário hoje se torne mais complexa (FRIGOTTO, 2009, p. 182).

É preciso considerar a atual característica multifacetada do proletariado. Nesta acepção, Antunes (2002) realiza uma releitura da classe proletária, contemporaneamente apropriada. Percebendo uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no processo de valorização do capital, o autor entende que os trabalhadores em serviços se constituem como uma importante parcela da classe trabalhadora, sendo absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema, e vivenciando as mesmas premissas de alienação entre trabalho e capital. Aponta também que, devido à precarização das formas de trabalho, surge uma ampla parcela de trabalhadores terceirizados, no qual, em geral, se encontram em condições mais debilitadas, com o aumento da rotatividade de mão de obra e dos níveis de desemprego, além de dificultar a implantação de normas protetivas e facilitando a defraudação das garantias dos trabalhadores. Cabe apontar, ainda, neste conjunto de trabalho precarizado, os trabalhadores “hifenizados”: *part-time-workers*; *temporary-workers*; *casual-workers*; *self-employed-workers*² (ANTUNES, 2002), reflexos da sociedade que tem o desemprego como uma de suas bases estruturantes.

Desta forma, a fim de restabelecer a compreensão de uma classe proletária, apesar do alto grau de diferenciação no interior desta classe, Antunes (2002) utiliza a expressão *classe-que-vive-do-trabalho*. Nesta se inclui todos que realizam o trabalho em sua forma assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donald’s, os *trabalhadores hifenizados* [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* [...], os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados (ANTUNES, 2002, p. 103, grifos do autor).

² Respectivamente (tradução livre): trabalhadores de tempo parcial, trabalhadores temporários, trabalhadores ocasionais, e trabalhadores por conta própria (que prestam serviços sem vínculo empregatício).

Esta classe “não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a *totalidade do trabalho coletivo assalariado*” (ANTUNES, 2002, p. 102, grifos do autor). A chave analítica para esta definição contemporânea da classe proletária é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho. Seu esforço consiste na tentativa de demonstrar que, apesar de fragmentada, o proletariado ainda é a classe que representa a força produtiva da realidade social. O que se alinha à perspectiva de Iasi (2011, p. 116), quando este afirma: “O proletariado continua sendo o que fornece ao metabolismo do capital essa mercadoria essencial capaz de gerar mais valor que seu próprio valor”. Além disso, a sociedade capitalista permanece se sustentando por um trabalho fundamentalmente alienado, mesmo considerando as metamorfoses do mundo do trabalho:

Quer pelo exercício laborativo *manual*, quer pelo *imaterial*, ambos, entretanto, controlados pelo sistema de metabolismo societal do capital, o *estranhamento* (*Entfremdung*) do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizada pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas contemporâneas é a expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada. [...] a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada em relação ao *que se produz e para quem se produz* (ANTUNES, 2002, p. 130, grifos do autor).

Apesar das transformações gestadas pelas necessidades de autopreservação do sistema capitalista, os pilares teóricos marxianos permanecem efetivos. Com a possibilidade de superação da sociedade capitalista situada na base de sua produção, a classe proletária é a que possui o potencial revolucionário, devido a sua ação social intrínseca. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção se aprofunda, gerando a tendência de que essas relações sociais sejam implodidas. Com esta perspectiva, Antunes (2002) destaca que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe proletária, o papel de suas lutas sociais é central para a concretização de um processo de emancipação humana.

Consciência de classe: a construção da classe *para si*

Neste ponto, vale esclarecer a questão do conceito e do “não conceito” de classes em Marx, versado em um ensaio no qual Iasi (2011) responde a críticas sobre a centralidade da classe proletária na revolução. Ele explica que o método marxiano corresponde a sucessivas aproximações, resultando em que um “leitor desavisado pode confundir uma dessas aproximações com ‘o conceito’ definitivo de um determinado aspecto ou coisa a ser estudada” (IASI, 2011, p. 106). Com este panorama, o conceito de classe se amplia para além da relação

diante da propriedade ou não propriedade dos meios de produção e da posição no interior das relações sociais de produção. Como o próprio autor exemplifica:

Uma pessoa pode ser um assalariado por sua posição no interior das relações sociais, portanto um não proprietário de meios de produção, mas, devido exatamente ao ponto que ocupa nessas relações, ou, por outros motivos, atua e pensa como um burguês, se soma ao partido burguês nas lutas concretas da história e se dispõe a representar essa classe se uma oportunidade lhe apresentar, seja produzindo teoria, ocupando um cargo parlamentar ou participando da gestão de uma empresa. Esse senhor [...] compõe, nesse nível da análise, o burguês coletivo. Em outro caso, uma pessoa que não vende sua força de trabalho [...] não é um assalariado, tem sua origem social no interior de outra classe que não os trabalhadores, mas, por suas convicções e sua consciência, se soma à ação concreta da classe em sua luta contra o capital, torna-se parte do que poderíamos chamar do proletariado, ainda que enquanto indivíduo não o seja [...]. Portanto, consciência e ação são, também, fatores que constituem a determinação de classe (IASI, 2011, p.109).

Dentro desta abordagem, o conceito de classe proletária é, também, atribuído àqueles que pela consciência se aproximam da posição da classe explorada e, pela sua decorrente ação, situam-se em lutas concretas pela superação do capitalismo. Com isto demonstra-se a presença da subjetividade na estruturação do real, na qual *a consciência de classe* se irrompe como categoria constituída e constituinte da realidade concreta. A consciência de classe

não se trata nem da soma nem da média do que os indivíduos que compõem a classe, tomados um a um, pensam; ela não é a consciência empírica, psicologicamente descritível, dos membros da classe, mas o *sentido, tornado consciente, da situação histórica da classe* (LÖWY, 1998, p. 130, grifos do autor).

A consciência de classe se configura como resultado do processo de lutas de classes que, por sua vez, é necessária para conferir a dinâmica da própria luta de classes.

É na dinâmica da luta entre as classes que se combinam elementos objetivos e subjetivos que podem levar a formação do proletariado enquanto proletariado, ou seja, mais do que simplesmente uma classe da sociedade do capital, uma classe contra o capital que é capaz de anunciar um novo tipo de sociabilidade humana finalmente emancipada (IASI, 2011, p.08).

A consciência de classe proletária se torna, assim, elemento subjetivo-objetivo imprescindível ao projeto de emancipação humana. Alcançar esse patamar de consciência se torna substancial, sob ameaça de perpetuar ações que aparentemente são subversivas ao sistema capitalista, mas que são essencialmente conservadoras. A perspectiva da reforma pode, por vezes, simular uma via de concretização dos interesses do proletariado. Sobre isto, Marx (1985) explica que pretender retirar os aspectos “negativos” de categorias estruturais do sistema capitalista, tentando manter seus aspectos “positivos”, é uma ilusão filosófica idealista. As contradições das categorias econômico-sociais do capitalismo não podem ser resolvidas, e sim superadas. Com esta compreensão, a classe proletária pode abandonar a visão da reforma pela da revolução, distanciando-se do proletariado como classe que *participa* do processo social para

se consolidar como o proletariado que *direciona* o processo social (NETTO, 2002). Em outras palavras, ascender do proletariado enquanto classe *em si* para classe *para si* (MARX, 1985), o que presume a formação da consciência de classe. É neste sentido que Iasi (2011, p. 120) demanda “organizar as condições subjetivas de nossa classe na perspectiva de uma revolução socialista, gerando as condições para que a ação forme ‘proletariado enquanto proletariado’”.

O processo de formação de consciência de classe se integra numa relação de contradições e uma possível superação, se em determinadas condições. Como explica Álvaro (2013, p. 375), “a consciência não é algo estático tampouco retilineamente progressivo, uma vez que pode continuamente sofrer avanços e recuos e vice-versa, frente às contradições que esta sociedade nos provoca cotidianamente”. Tentando simular idealmente um percurso de formação de consciência de classe, Iasi (2011) oferece uma amostra teórica, narrando um indivíduo que, ainda na infância, absorve as normas e toma a configuração social como algo natural. Essa manifestação inicial se caracterizaria por uma consciência alienada, na qual “A lógica imposta pelo capital (externa) interioriza-se e nós mesmos nos levamos ao mercado para sermos esfolados... e nos alegramos quando algum capitalista se dispõe a comprar nossa força de trabalho” (IASI, 2011, p. 20). Não se trata de alienação por não corresponder à realidade, mas pelo fato de naturalizá-la. Percebendo a dissonância entre as justificativas ideológicas e a realidade concreta, este indivíduo tenta explicar o mundo no mesmo arcabouço de valores anteriormente interiorizados, percebendo a contradição, porém ainda como um conflito subjetivo. As relações são, então, vividas como injustas, apesar de ainda parecerem ser inevitáveis. Para que esse conflito individual se supere, tomando a forma de classe *em si*, é necessária a presença do *coletivo*. Um indivíduo submetido a condições de opressão que se localiza em um grupo, percebendo os outros com a mesma condição, poderia começar a desenvolver uma ação coletiva. Iasi (2011) ilustra que uma forma clássica de manifestação da forma da classe *em si* seria a luta sindical, em que se reivindica que o outro (patrão ou o próprio Estado) conceda a solução do problema ou injustiça. Como explica Marx (2010b):

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2010b, p. 141).

Apesar disso, não se pode negar a importância da possibilidade que essa forma de consciência permite ao proletariado: o reconhecimento de si, em alguma medida (ÁLVARO, 2013). Para evoluir em forma de classe *para si*, a reivindicação da solução do problema ou

injustiça não pode ser mais o outro, a outra classe. É preciso perceber quais seriam os interesses intrínsecos da classe, que se desenvolvem dentro da luta de classes, quando as soluções das questões já se tornam incompatíveis com as atuais bases sociais. Muda-se o foco dos *sintomas* dos problemas para a *causa* destes, o que demanda uma profunda compreensão teórica, em coletivo, dos nexos estruturantes da sociedade capitalista. Nesse momento, a luta proletária se torna a luta pela emancipação humana.

A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital (IASI, 2011, p. 32).

É neste ponto que se concebe que não se trata de lutar por melhores condições de realização do trabalho dentro do capitalismo, mas que as reivindicações se voltam para a prospectiva de uma sociedade que supera a desumanização intrínseca do sistema capitalista que assola a mais diversas questões que dizem respeito à humanidade.

Por uma consciência revolucionária

É preciso considerar que devido às subdivisões da classe proletária e o aumento da precarização do trabalho dentro do capitalismo, a classe com o potencial revolucionário se encontra em condições que dificultam uma autoorganização revolucionária. A totalidade se torna de mais difícil apreensão, compelindo que a consciência recaia, cada vez mais, apenas sobre as condições imediatas da vida cotidiana. Trata-se de um aprofundamento da alienação, que, contraditoriamente, gera uma aparência de superação da alienação do trabalho. Sobre isto, Hungaro (2008) resume:

Tais transformações na objetividade (materialidade) do trabalho (do trabalhador) geraram consequências quanto à consciência de classe e as estratégias de luta. Este sistema produtivo faz surgir novas formas de alienação, já que supõe o envolvimento do trabalhador com o processo. [...] Opera-se uma manipulação da consciência na qual o trabalhador passa a entender a empresa como a sua empresa e a produtividade como a produtividade da sua empresa, muito embora ele esteja alienado das duas. [...] A outra face dessa crise do mundo do trabalho, é que ela gera consequências fundamentais na subjetividade da classe operária, pois essa crise atingiu a forma de ser da classe operária. Temos, indubitavelmente, uma crise de consciência de classe, [...] principalmente, na crise do ideário que se contrapunha à lógica produtiva burguesa: o socialismo. (HUNGARO, 2008, p. 238).

Porém, a luta econômico-social, incumbência destinada à classe proletária, reafirma-se como necessidade urgente, dentro de um panorama de reestruturação do capitalismo que, apesar de aparentar sustentar uma democracia, em sua essência, destrói as possibilidades democráticas.

O que está em jogo é mais do que dinheiro. Em um mundo globalizado, os estados nacionais perdem força. Um grupo pequeno de pessoas com muita riqueza tem grande poder de colocar as cartas a seu favor. Em casos extremos, a desigualdade é uma ameaça à democracia. A democracia é um regime igualitarista – ou, pelo menos, deveria ser. Sua ideia fundamental é a de que o poder político deve estar bem distribuído. Cada pessoa tem um voto, e os políticos são apenas representantes do povo. Fora do papel, claro, não é bem assim que funciona. Para começar, campanhas políticas têm se tornado, no mundo todo, operações milionárias. Além disso, depois que os votos são contados, entra em funcionamento uma máquina complexa e cara, que vai do lobby à manutenção do aparelho partidário. E, como se sabe, o dinheiro controla a mídia, e quem controla a mídia controla quais informações chegam aos eleitores. Quando a riqueza é bem distribuída, cada pessoa tem mais ou menos o mesmo poder de influenciar essa estrutura. Quando é muito concentrada, a porta está aberta para a plutocracia. Adeus igualdade de poder político (MEDEIROS, 2016, p. 6).

Gerando efeitos que ultrapassam a questão de ter mais ou menos acesso à riqueza, mas que infligem a constituição de uma relação humana entre si e com a mundo a sua volta, vale considerar uma possibilidade posta na contemporaneidade: a perspectiva de associação da luta de classes a outras lutas sociais, tais como a questão ambiental, a luta feminista, o orgulho negro, o reconhecimento social para pessoas LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais), entre outras. Como afirma Antunes (2002), essas questões antecedem o capitalismo e poderiam sucedê-lo também. Neste sentido, é importante lembrar que mesmo com a centralidade na luta de classes, a sociedade aqui almejada prevê também a superação do racismo, da homofobia, da xenofobia, do feminicídio etc. Dessa forma, a luta de classes, pela aspiração do comunismo, refere-se a uma sociedade de profunda igualdade, com o fim de qualquer opressão, em que seria possível o resplandecer das diferenças, no sentido das individualidades.

Adentrando a discussão sobre a diversidade, ressalta-se que erroneamente se atribui a igualdade como sendo o antagonismo da diferença, dando a entender que, no comunismo, as diferenças subjetivas seriam anuladas. Netto (2002) explica que é justamente o oposto: A *igualdade* compõe uma realidade possível para a *diferença* (no sentido da diversidade), sendo o antagonismo da igualdade não a diferença, mas a *desigualdade*, base da nossa atual sociedade, que acompanha o crescimento da *indiferença*. Em outras palavras, a sociedade burguesa se estrutura em torno da desigualdade que se associa à indiferença, enquanto a sociedade comunista pressupõe a igualdade, que permite o desenvolvimento e respeito pelas diferenças (NETTO, 2002). Contra uma igualdade *formal* da emancipação política, que pretende abolir as diferenças, o comunismo propõe uma igualdade *real*, na qual as diferenças podem emergir. Com esta perspectiva, as lutas sociais contemporâneas encontram no comunismo uma

correspondência para suas reivindicações, reforçando o caráter de emancipação *humana* que Marx (2009) prevê em uma sociedade comunista.

Trabalhar essas questões é substancial para a reflexão do que significa o próprio comunismo pelo qual se deve lutar. Sob o ponto de vista de uma militante feminista, a pesquisadora Álvaro (2013) percebe que

não é menos comum encontrarmos nessa mesma história [da esquerda] atos de violência e discriminação contra as mulheres praticados por militantes que se intitulam “revolucionários socialistas”. Por isso, perguntamos: de que socialismo falamos? Qual socialismo queremos? O socialismo que queremos não pode admitir práticas que reproduzam qualquer tipo de exploração ou opressão. O socialismo que devemos construir desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. (ÁLVARO, 2013, p. 377).

Desta forma, não é só possível como também necessário a congregação das lutas sociais, não sendo oportuno, e nem benéfico, instituir uma luta que seria mais ou menos importante. Sendo a questão central a própria humanidade, todas as lutas são cruciais, e os objetivos convergem. Entende-se que “as relações sociais de sexo, ‘raça’ e classe não estão simplesmente associadas, mas sim, consubstanciadas como estruturas da sociedade patriarcal-racista-capitalista” (ÁLVARO, 2013, p. 376). As lutas não apenas confluem entre si, mas também se apoiam, preconizando que as questões da humanidade podem e devem ser unificadas. Com uma união das lutas, os grupos se fortalecem, como ocorreu, por exemplo, na Inglaterra, com a criação do LGSM (Lesbians and Gays Support the Miners³) no ano 1984, durante a greve dos mineiros no governo de Margareth Thatcher.

Neste ponto, é importante ressaltar a importância de se manter nas agendas das lutas a questão política, sob risco de se perder a característica subversiva ao capital. Por exemplo, atualmente tem se incentivado que as manifestações LGBT+ sejam desvinculadas das questões de classe, tentando tratar essa questão independentemente de sua problemática econômico-social. Desta forma, o protesto ganha uma mistificação festiva, esvaziando seu conteúdo revolucionário. É importante, portanto, reforçar o argumento da unificação das lutas sociais, como pode ser visto no relato de Favarin (2015):

Por um lado, as traidoras direções sindicais e dos velhos partidos, construídos outrora pela classe trabalhadora, convenceram os trabalhadores a limitarem sua luta à pauta econômica, datada pela patronal e subordinada às instituições do Estado e aos valores da inflação ditados pelo governo. Por outro lado, sem a hegemonia da classe trabalhadora, os movimentos organizados por demandas sociais e democráticas foram sendo hegemonizados pouco a pouco por direções pequeno-burguesas, que tinham como máximo horizonte a ocupação de cargos nos governos e espaços nas instituições do Estado para defenderem projetos de lei e políticas públicas que garantissem, perante a justiça, a

³ Lésbicas e gays apoiam os mineiros (tradução livre).

igualdade de direitos para os setores oprimidos. Porém, trinta anos depois, com um negro na presidência dos EUA, várias mulheres presidentes de países, outro tanto de homossexuais assumidos em cadeiras legislativas – e até presidentes advindos da classe operária –, essa estratégia tem mostrado que somente os setores oprimidos ocupando espaços dentro desse Estado, ainda que possa garantir uma igualdade desse indivíduo em particular perante a justiça, termina somente reforçando a opressão e a desigualdade na vida dos demais milhões de negros, mulheres e LGBT's. A experiência e a falência dessa estratégia reformista têm retomado a perspectiva revolucionária como única forma de garantir, não só perante a lei, mas na vida, condições iguais para os setores oprimidos – o fim da opressão!

A união das reivindicações possui uma característica subversiva ao capital, que pode se tornar uma ameaça real ao sistema. Não se nega a potencialidade da classe proletária no processo revolucionário, como foi presumido por Marx (2010a) no século XIX. Porém, no século XXI, as outras lutas ganharam uma dimensão que era inexistente em sua época⁴. As questões do meio ambiente, das mulheres, dos negros, entre outras, não tinham espaço na esfera política (é possível que essas lutas já existissem, mas não tiveram repercussão o suficiente para entrar nos registros históricos).

Atualmente, estas questões têm ganhado força, porém têm sido facilmente desvinculadas da problemática econômica, dando a impressão que suas lutas poderiam ser resolvidas por reformas no interior do capitalismo. Neste ponto, cabe reforçar o brilhantismo da teoria social marxiana, que consegue elucidar a estrutura interna do capitalismo com uma minuciosa riqueza, permitindo fundamentar novas conclusões sobre o enfrentamento deste sistema. Por isso, reafirma-se: assim como as questões das classes sociais não poderiam ser resolvidas sem a necessária revolução, as problemáticas questões de “raça”, gênero, sexualidade etc. não podem ser desvinculadas de sua opressão relacionada ao capitalismo. O capitalismo se sustenta pela desigualdade, sendo necessária a sujeição de alguns para o benefício de outros. A sujeição de um grupo em relação a outro alimenta as necessidades metabólicas do capital. Não é possível reverter essas questões por um capitalismo mais “humano”, pois é inerente ao capitalismo a lógica da exploração de alguns grupos.

É possível perceber, de forma geral, certa negligência realizada pela esquerda em relação a outras pautas, o que se constituiu como um dos fatores que realiza o enfraquecimento da luta revolucionária. Neste sentido, buscar as especificidades das lutas devem servir a uma ampliação das reivindicações, e não a uma diferenciação de estratégias. Como afirma Brah (2006), a ideia de um “essencialismo”, que diferenciam as diversas lutas das demais, enfraquece

⁴ Essa proposta diverge fundamentalmente do que é preconizado por Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 1991), que centraliza essas outras lutas como “novos movimentos sociais”, que seriam a chave para a deflagração do processo emancipador, em *substituição* à proposta marxiana das lutas de classes.

todos os movimentos. “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351).

O proletariado, por se situar no âmbito da produção material da vida social, possui uma posição privilegiada para realizar a superação do capital, demonstrando que a classe revolucionária

deve se encontrar no interior da sociedade burguesa (não em qualquer ponto, mas em um ponto estratégico), mas deve se inserir num ponto onde sua existência e o metabolismo do capital sejam essencialmente antagônicos, como o é da permanência do capital e a sobrevivência da humanidade (IASI, 2011, p. 115).

Porém, a degradação ambiental, a exclusão social, a sujeição étnica e de gênero encontram no próprio capitalismo seu aprofundamento. Negar isto significa acreditar que uma reforma no capitalismo seria o suficiente para solucionar esses pontos, que seriam aparentemente alheios às questões de classe.

Considerando o desenvolvimento político-social que ocorre no interior do capitalismo, imputa-se ao processo revolucionário a necessidade da unificação das lutas, como possibilidade real de fortificação para o enfrentamento. Esta instigação surge da confrontação da teoria com o assim existente, o que não significa um embate com a teoria marxiana, mas justamente o cumprimento de seu método investigativo.

Vimos que a teoria social de Marx é absolutamente necessária para o enfrentamento do tempo presente, mas também ressaltamos – procurando a fidelidade metodológica – que se faz necessária a revisão (a todo tempo). A sacralização dos escritos de Marx é contraditória com o “espírito” de sua obra e nada nos ajudará no processo revolucionário. Devemos, portanto, resgatar em sua obra aquilo que, do ponto de vista da política, continua atual. A percepção sobre a atualidade de suas indicações políticas só é possível de ser verificada quando as confrontamos com o real (HUNGARO, 2008, p. 170-171).

Neste sentido, infere-se que no interior da classe proletária, a configuração da nossa sociedade favorece uma maior alienação para os trabalhadores negros, do gênero feminino, homossexuais etc. Como pondera Álvaro (2013, p. 375), “a classe trabalhadora tem dois sexos e possui “raça”, ou seja, ela não é uma massa homogênea”. Desta forma, apresenta-se a importância do desenvolvimento de uma consciência de classe para si, que esteja apta a incorporar uma consciência feminista, negra, LGBT+, de preservação ambiental, enfim, todas as consciências que possuem um referencial humanista emancipador que se realizaria em uma sociedade comunista. Justamente por seu caráter radical (no sentido de ir à raiz das questões), entende-se que a consciência necessária para lutar pela emancipação humana não se restringe à consciência de classe, ou consciência negra, feminista etc., mas de uma consciência que

incorpora todas as lutas que exigem uma transformação do real, uma *consciência revolucionária*.

A consciência, como um elemento subjetivo-objetivo chave para a luta pela emancipação humana, deve se manter em relação constante com a realidade concreta, de forma a não cair em um idealismo apartado das reais condições materiais de existência. É preciso considerar a atual formação da classe proletária, incorporando a questão do conceito e do “não conceito” de classe, além de perceber outras questões sociais que se relacionam com a configuração social capitalista, carregando, igualmente, alienação e desumanização. Trata-se, portanto, de uma consciência que se origina a partir de uma profunda análise da realidade, com o intuito de se voltar a ela para transformá-la.

Considerações finais

Entende-se, aqui, a revolução da sociedade capitalista como uma necessidade premente para a emancipação humana e que, nesta configuração social, o grupo social propício a deflagrar essa transformação se encontra na classe trabalhadora, a classe que realiza a produção material da vida social, sustentando a realidade social às custas de sua humanização. Constituindo-se como ser humano num formato social que o aliena de si mesmo, da natureza e de sua humanidade, a classe destinada a promover a revolução necessita desenvolver a compreensão acerca da realidade para além de sua aparência fenomênica alienada, demandando a constituição de uma consciência de classe. Contudo, para além de uma consciência que torna estática a compreensão do conceito de classe e que, assim, acaba por se tornar excludente das diversas frentes de lutas contra desumanização, defende-se a constituição de uma consciência que retoma as raízes da compreensão revolucionária do sistema social de produção capitalista, capaz de, a partir dessa base radical, constituir estratégias pertinentes à superação do capital que abarcam a esquerda como um todo articulado. Essa proposta trata de uma profunda confiança na teoria revolucionária marxiana, que deve ser posta constantemente em movimento pela análise do real, podendo se realizar incorporações pertinentes ao mesmo tempo em que atua na desmistificação de premissas que relegam a subversão do capitalismo a segundo plano. Como afirma Hobsbawm (1992),

O futuro do socialismo assenta-se no fato de que continua tão necessário quanto antes, embora os argumentos a seu favor já não sejam os mesmos em muitos aspectos. A sua defesa assenta-se no fato de que o capitalismo ainda cria contradições e problemas que não consegue resolver e que gera tanto a desigualdade (que pode ser atenuada através de reformas moderadas) como a desumanidade (que não pode ser atenuada). (HOBSBAWM,1992, p. 268)

Não ter medo da verdade, em sua radicalidade, faz parte da certeza que sua essência é revolucionária. Por isso, entende-se que em um processo de formação da consciência revolucionária não é necessário se fechar nos tópicos explicitamente revolucionários, pois sempre estará lá, em todos os assuntos, a verdade a ser desvelada por meio de um processo de compreensão das questões em sua raiz. E sempre estará lá, nos seres humanos, a essência ontológica revolucionária que os movem em direção de propor como o mundo pode se estruturar de forma que seja mais favorável para a humanidade.

Referências

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu [online]**, Campinas: Unicamp, n. 26, p. 329-376, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2016.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2003. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_06.pdf . Acesso em: 17 fev. 2016.

FAVARIN, Adriano. Sintusp realiza 1ª exibição pública do filme PRIDE no Brasil. Gênero e sexualidade - Dossiê Stonewall. **Esquerda diário**. 09 mar. 2015. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Sintusp-realiza-1%C2%AA-exibicao-publica-do-filme-PRIDE-no-Brasil> . Acesso em: 10 ago. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan/abr, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 10 ago. 2016.

HOBSBAWM, Eric. Renascendo das cinzas. *In*: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://1library.org/document/y6x790gy-trabalho-tempo-emancipacao-humana-determinantes-ontologicos-politicas-sociais.html> . Acesso em: 10 ago. 2016.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

_____. Salário, preço e lucro. In: _____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 2010b.

_____. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. *E-book*. 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/> . Acesso em 10 abr. 2016.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MEDEIROS, Marcelo. O mundo é o lugar mais desigual do mundo. **Revista Piauí**, n. 117, jun. 2016. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-mundo-e-o-lugar-mais-desigual-do-mundo/> . Acesso em: 20 jun. 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Curso o método em Marx**. Recife: Programa de pós-graduação em serviço social-UFPE. 2002. 10 Discos Digitais de Vídeo (DVD). 815min.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjectividade, Cidadania e Emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 32, p. 135-191, jun. 1991. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10802> . Acesso em: 10 ago. 2016.